PRÁTICA DE EXTENSÃO INTERDISCIPLINAR I

CRIMES RACIAIS - PROMOVENDO JUSTIÇA SOCIAL: TRATAMENTO ESPECIALIZADO E REAVALIAÇÃO ESTRUTURAL CURSO: DIREITO

MULTIPLICANDO CONHECIMENTO

Alunos : Charles Junior Alves Matos, Gabriel Rodrigues Barcellos, Ludimila Pereira da Silva e Suellen Karoline Araújo Santos Ujiie

Professor: Francarlo Luiz dos Santos Silva

INTRODUÇÃO

O racismo e a injúria racial são questões urgentes que continuam a afetar a sociedade brasileira. Observamos um aumento significativo nas denúncias desses crimes, no entanto, as autoridades públicas frequentemente demonstram despreparo no tratamento eficaz desses casos. Esse despreparo resulta em uma grande quantidade de denúncias que ficam paradas, acumulando-se sem solução. Este projeto visa explorar as causas dessa ineficiência e propor soluções para melhorar a capacitação das autoridades, garantindo uma resposta mais justa e efetiva às vítimas de discriminação racial.

PROBLEMA

A falta de preparo de uma parcela significativa das autoridades envolvidas, desde o registro até a execução da sentença, tem causado insatisfação e frustração tanto para as vítimas quanto para o governo. Isso se reflete na ineficácia das campanhas de conscientização, uma vez que a impunidade diante do sistema jurídico mina sua credibilidade, levando as vítimas a optarem pelo silêncio ou por ações independentes.

Além disso, a ausência de um núcleo de atendimento dedicado exclusivamente ao tratamento de casos de racismo é evidente. Apesar da existência de instâncias como a Seção de Investigações Especiais - Pessoas Vítimas de Discriminação Racial, Religiosa, Orientação Sexual ou Deficiência Física na Região Metropolitana de Vitória, estabelecida em 2019, operando na Chefatura de Polícia Civil e acessível por diversos meios, como presencialmente, Boletim Online, 190 ou Disque 100 (Direitos Humanos), ainda há falta de preparo para a identificação e tratamento adequado dos casos, bem como uma deficiência na separação e abordagem dos diferentes problemas enfrentados.

OBJETIVO

- Capacitar as Autoridades: Melhorar o treinamento das autoridades para lidar com casos de racismo.
- Implementar Núcleos Específicos: Núcleos especializados em discriminação racial.
- Melhorar a Separação e Tratamento de Casos: Desenvolver sistemas para a correta identificação e tratamento de casos de racismo.
- Aumentar a Confiança no Sistema Jurídico: Garantir resoluções justas e rápidas para aumentar a confiança das vítimas no sistema jurídico.

METODOLOGIA (PLANO DE AÇÃO)

A metodologia adotada baseou-se principalmente na análise detalhada do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, complementada por uma abordagem de divulgação e coleta de informações através de um artigo publicado na mídia social da Record.

- > Análise do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023
- A pesquisa focou em dados fornecidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, que apresenta estatísticas abrangentes sobre casos de abusos racistas e injúrias raciais. A análise do anuário permitiu:
 - Coleta de Dados Estatísticos
 - Avaliação da Resposta Institucional
 - Tendências e Padrões
- > Abordagem através da Mídia Social
- Para complementar a análise do anuário, utilizamos a mídia social da Record como uma plataforma para ampliar a discussão e coletar percepções adicionais sobre o tema. Este passo incluiu:
 - Publicação de Artigo
 - Engajamento do Público
 - Debate Público

RELATO DE EXPERIÊNCIA/RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS